

vontade, tanto que organizou um plano de ação conjugado, se não me falha a memória. E o governo do Estado deve, fora o cento e tantos bilhões que recebeu para o orçamento, reservar uma parte para o problema do abastecimento de água da Capital. Logo, não cabe culpa nenhuma à Assembleia Legislativa, porque a Assembleia deu um crédito de confiança de mais de 100 bilhões de cruzeiros para ser dividido por todas as Secretarias e todas as autarquias, porque o Departamento de Águas e Esgotos é autarquia. E o Governador de São Paulo, sabendo que há escassez de água, sabendo que a região de Piratininga se encontra na mais angustiante situação quanto ao abastecimento, este governo, que diz que a sua meta é o homem, esqueceu-se de destinar ao Departamento de Águas e Esgotos a parcela necessária que ele tem no orçamento e pode, a qualquer instante reverter ao Departamento de Águas e Esgotos, porque ele ainda não empregou toda a verba e dispõe de uma grande parte retida nesse planejamento. De maneira, nobre deputado, que, com um simples decreto do Sr. Adhemar de Barros, o Sr. Nassim Nadriz terá, imediatamente, recursos para a ampliação da rede de águas e, principalmente, para a construção de novas adutoras que, conforme muito bem disse V. Exa. podem ser construídas em vários pontos. Inclusive, há a barragem do Alto Tietê, que é a mais demorada, mas que está sendo executada. Aliás, essa é uma notícia verdadeira. O que é preciso, nobre deputado e solucionar imediatamente o problema, porque a situação é de calamidade pública. O governo tem verbas votadas por esta Assembleia, verbas substanciais, aliás, e, se já as gastou, que faça um decreto alegando calamidade pública, como fez no caso do Juqueri, a fim de resolver a situação do Departamento de Águas e Esgotos, pois a Assembleia ratificaria uma verba dessa natureza. A Assembleia não tem culpa nenhuma do que está ocorrendo com os desmandos do governo. Se o governo não tem plano, se não sabe planejar, a culpa é só do governo que foi eleito pelo povo e, também, do povo, porque escolheu mal o seu governador. Coloque a situação nessas condições, o governo tem recursos, imediatamente, para atender o Departamento de Águas e Esgotos e, se não o atende, é porque não quer, nobre deputado José Lurtz Sabia.

O Sr. José Lurtz Sabia — Muito obrigado, nobre deputado Scalamarandê Sobrinho.

De fato, na mensagem do Governador do Estado à Assembleia Legislativa encontramos um balanço da situação do Departamento de Águas e Esgotos. Apenas em relação às adutoras e sub-adutoras, o problema é grave.

Não se trata de distribuição de água, mas, sim, de captação, porque o que adiantam esses canos que temos em toda a Capital, se ficam durante oito, dez ou quinze dias sem um pingue de água. Sabem V. Exas. que o Departamento tem que fazer rodízios para abastecimento da cidade, fechando determinado dispositivo para abastecer alguns setores, abrindo, depois, para abastecer outros. Seria necessário que houvesse água em todos os canos e a previsão é de 30 m3 por segundo para atender às necessidades de São Paulo, até o fim deste ano, e a previsão para daqui a cinco ou dez anos tem que ser duplicada ou triplicada.

Está sendo executada uma barragem no Alto Tietê, mas qual é a capacidade de metros cúbicos por segundo no Alto Tietê? Qual a quantidade do Alto Juqueri? Lá, a capacidade é de oito, nove e dez metros, a menos do que o máximo do Alto Tietê. Então, temos que pensar mais além num plano de captação. Precisaremos, amanhã, bombear o Rio Paraíba, elevando-o de 100 metros, para jogar nas cabeceiras do Tietê, e então abastecer São Paulo. Mas pergunto: quais os recursos que o governo colocou à disposição do Departamento de Águas e Esgotos? Nenhum, porque, até o presente, nada fez. Vou fazer o possível para que este projeto de minha autoria que está dominando nas gavetas das Comissões e quero saber por que ainda não veio ao Plenário...

— E' dado um aparte anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Srs. deputados, os apartes devem ser solicitados.

O Sr. José Lurtz Sabia — De maneira que a importância de 45 milhões de cruzeiros será o necessário, o suficiente para preparar essas estações de tratamento e essas captadoras do Alto Juqueri e Alto Tietê, e elas se encontram paradas, sem que o governo, que por sua vez votou a lei de meios, a lei de mau caráter, na ordem de 123 bilhões, se lembre de destinar ao DAE alguns bilhões para ministrar a sede desta imensa cidade.

O nobre deputado João Batista Botelho me solicitou um aparte, e eu o concedo com imensa satisfação.

O Sr. João Batista Botelho — Já que V. Exa. está falando em um problema de água, e está tomando um copo d'água, seria interessante saber se ainda é negado, a quem tem sede um copo d'água quando o solicita. Mas, com relação a esse problema de água, ouvi acidentalmente, — porque não costumo cavali — o atual Governador de São Paulo, quando Prefeito da Capital, criticando o então Governador Carvalho Pinto e dizendo que o problema da água era da alçada do Estado. Esquecia-se S. Exa. de que já tinha sido Governador eleito e também nomeado. E agora, que é novamente Governador eleito, nos perguntamos: pensa ele ainda de mesma forma ou vai entregar a solução do problema da água ao novo Prefeito que vai ser o Sr. Jânio Quadros? Poderemos perguntar-lhe isto.

Aproposando o aparte que V. Exa. me concedeu, eu queria indagar de V. Exa.,

ou através de V. Exa., qual a razão, pela qual estão sendo revistados os cidadãos, as senhoras e senhoritas que vêm assistir os nossos trabalhos.

— (E' dado um contra-aparte)

Quero esclarecer que eu gostaria de falar pela ordem, tanto que já havia pedido a palavra pela ordem, mas o Sr. Presidente anunciou que, a partir de ontem, as coisas iriam mudar nesta Assembleia. Acontece que eu gosto de mudanças, que eu gosto de reformas, tanto assim que as preconizo e, inclusive, solicitei da Mesa garantias para que nós possamos, eu, V. Exa. e mais outros Srs. deputados, sair à praça pública para defendê-las. Então, nós indagamos o que houve para que se proíba alguém de entrar aqui, sem ser devidamente revistado. Por que senhoritas têm de abrir a bolsa para mostrar que não estão armadas? Enquanto isso o Governador está comprando armas e dizendo ao povo que se arme... Eu não entendo isso, nobre deputado José Lurtz Sabia, por isso é que solicitei este aparte. Quanto à pergunta do nobre deputado Paulo Planet Buarque sobre o porquê de o Governador não nos ter enviado mensagem, eu quero esclarecer que ele não pôde ainda mandar a mensagem porque está preocupado com a "passeata das mulheres pobres" de amanhã. As Sras. Brasília Machado Netto, Horácio Lafer, D. Leonor, toda essa gente pobre vai fazer uma passeata amanhã. O Governador solicitou o comparecimento das Sras. pobres do Interior, como as de Aracatuba, por exemplo. Não quero citar nomes, mas os jornais de lá publicaram o convite do Governador às Sras. pobres — podem vir de fato mesmo — para fazer a passeata. Era isto que eu queria dizer, respondendo ao nobre deputado Paulo Planet Buarque. O Governador não tem tempo de mandar mensagem para resolver o problema da água porque está organizando a passeata de amanhã.

O SR. JOSÉ LURTZ SÁBIA — Muito obrigado a V. Exa. De fato, o que nós precisamos não é de água, é de canos, para que o povo de São Paulo possa ter mais tranquilidade com relação ao abastecimento. Na mensagem do Sr. Governador à Assembleia há um balanço do DAE: adutoras, sub-adutoras, linhas-troncos, reservatórios, torres de elevação, equipamentos elétricos, estações elevatórias de Guarapiranga. Nesta obra, iniciada em exercícios anteriores, foi executada a 3.ª ampliação, que vem dar 2 a 3 metros cúbicos por segundo.

E aqui vem um balanço das despesas efetuadas. Ora, o Departamento não pode manter-se com seus próprios recursos. E não pode e não deve ser mantido com empréstimos, nem da Caixa Econômica, nem do Instituto de Previdência, e muito menos do Banco do Estado. Há necessidade, Sr. Presidente, de subvenção do Estado ao Departamento de Águas e Esgotos, para a realização dessas obras indispensáveis à tranquilidade desta imensa cidade. O que será de São Paulo com essa falta de chuva, com essa crise terrível? Poderá, amanhã, São Paulo cair num processo epidêmico, sem condições de solução, porque a água é um dos fatores mais importantes para manter o saneamento da cidade. O que será de uma cidade como São Paulo, sem esgoto, sem abastecimento do precioso líquido? Será São Paulo uma cidade desgraçada. Pretendo iniciar nas praças públicas de São Paulo um movimento alertando a imensa população de 4 milhões e meio de paulistas para a gravidade do problema, a fim de que seja pressionado o governo no sentido de realizar essas obras indispensáveis. Do contrário esta cidade cairá numa desgraça total ainda este ano. Não é demagogia o que estou afirmando. São Paulo inteira sabe que os poços existentes nas vilas estão vazios. Os que não estão vazios estão contaminados, porque não existe esgoto, não existe rede de captação de esgoto, nem tratamento de esgoto. Não existe água, não existem canos estendidos nas vilas, não existem poços artesanais. Já está um grave problema. Há vilas, hoje, que se parecem com as vilas do nordeste, onde o cidadão carrega uma lata d'água na cabeça três ou quatro quilômetros. Isto numa cidade como São Paulo! Esse governo não pode dormir, Sr. Presidente, diante de problema tão grave. Menos ainda a Assembleia, porque se trata de uma calamidade pública. Não sou eu quem o diz, são os engenheiros, os técnicos, aqueles que entendem do problema. A Assembleia não pode dormir! Não importa que o projeto seja de minha autoria. Tem que vir. Se não vier o projeto, que o governador destine, através da lei de mau caráter que foi aprovada por esta Casa, verbas indispensáveis à captação de novas fontes, porque senão São Paulo será jogada à miséria total e provavelmente cairá num processo epidêmico sem solução.

O Sr. Nadir Kenan — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado José Lurtz Sabia, recordo-me de que em sessão anterior V. Exa. abordou o mesmo assunto. Eu havia solicitado um aparte a V. Exa., onde tive oportunidade de estender a tese do suprimento do precioso líquido a todo o Interior, que sofre hoje as mesmas deficiências e necessita do amparo oficial para solucionar esse premente problema. Portanto, volto a repetir a V. Exa. para que fique conhecida nos anais desta Casa, que todas as comunidades do Interior sofrem as consequências do mesmo problema da deficiência do abastecimento de água. Em relação ao projeto em pauta, de autoria do nobre deputado Ariovaldo Roscio, temos a salientar que esses convênios devem servir de alerta ao poder central da República, com referência aos Institutos de aposentadoria e pensões, que relegam a planície secundária o atendimento das necessidades dos seus contribuintes em quase todas as

idades do interior do Estado. Todos os contribuintes dos institutos de aposentadoria e pensões estão aguardando providências do poder central, no sentido de nomear médicos competentes, para que sejam cumpridos os preceitos legais, constitucionais. A nomeação de médicos competentes fará com que funcionem os institutos de aposentadoria e pensões, na forma de previdência social. Portanto, quero alertar V. Exa., que aborde esse assunto. Volto a apartar-me no mesmo sentido, isto é, dando um aparte do mesmo teor daquele que proferi em sessão passada, quando defendi a tese de que deve ser a medida estendida a todas as comunidades do interior, que pedem — e pedem mesmo — que o governo dirija a sua ação visando ao atendimento de suas necessidades.

O SR. JOSÉ LURTZ SÁBIA — Agradeço o aparte de V. Exa. com relação ao assunto, que é o projeto do nobre deputado Ariovaldo Roscio relativo aos convênios, mas não poderia deixar de abordar o problema grave do abastecimento de São Paulo. Vendo o nobre deputado Oswaldo Massei, que representa nesta Casa o ABC, lembro-me do problema do abastecimento também do ABC, e como o nobre deputado Nadyr Khenan disse que deve estender-se ao Interior, há o problema do abastecimento em relação a essas 3 grandes comunas do Interior, que estão recebendo apenas 75.000 metros cúbicos de água por dia.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica ao nobre orador que lhe restam apenas 5 minutos para o término do seu tempo.

O SR. JOSÉ LURTZ SÁBIA — Isto é o que preconiza a mensagem do Sr. Governador, mas não é verdade porque nesta crise que houve quase que a estação de elevação do ABC ficou a zero deixando aquela população de trabalhadores, obreiros paulistas em completo abandono e miséria em relação ao abastecimento de água.

O Sr. Oswaldo Massei — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado, quanto aos 75 mil metros cúbicos de água não é verdade. A capacidade máxima que a adutora do ABC pode proporcionar à população é de 60 milhões de litros de água e é bom que fique claro que aquela obra foi feita com o dinheiro das próprias municipalidades que representam o convênio. São Caetano do Sul entrou com parcela, Santo André entrou com a sua parcela e São Bernardo do Campo também entrou com sua parcela. Tanto é verdade que é pensamento dos prefeitos dessas comunas fazer com que o Estado assumia a responsabilidade e não desconte no excesso de arrecadação como foi descontado o montante das obras. Quando Prefeito de São Caetano do Sul encontrei as maiores dificuldades possíveis e imagináveis para poder cumprir com meus compromissos. Devido ao excesso de arrecadação, a verba que era devida a São Caetano do Sul ficou retida junto ao Governo do Estado, tanto assim que apresentei uma emenda ou sugestão de emenda ao orçamento aprovado por esta Casa no valor de 600 milhões de cruzeiros, para poder atender às justas reivindicações do ABC. É interessante que fique constando dos Anais desta Casa que o ABC está hoje ameaçado por uma calamidade pública com respeito ao abastecimento de água. O Governador do Estado tem obrigação de atender ao apelo de uma comunidade cuja população sofrida, cuja população de trabalhadores tem, pelo menos, o direito de fazer com que o Estado atenda naquilo que é o principal dentro dos lares.

O Sr. José Lurtz Sabia — Muito grato a V. Exa. pelo aparte. Srs. Presidente e Srs. deputados, vou percorrer as ruas da cidade, vou fazer uma exposição no centro da cidade para alertar a população da gravidade da situação. Não é brincadeira e não será brincadeira o problema do abastecimento de São Paulo até o fim do ano. O problema vai se agravando a cada instante, ou medidas energéticas e imediatas devem ser tomadas ou São Paulo será lançada a processo por que jamais uma grande cidade passou. Todas as grandes cidades do mundo são abastecidas pelos seus rios. Vemos o Danúbio na Alemanha, vemos a França com seus rios, qualquer grande capital da Europa. E temos aqui o Rio Tietê totalmente poluído, não existe uma estação de tratamento de esgotos para que se possa aproveitar a água. Temos que ir buscá-la nas cabeceiras, tudo isto é um absurdo. É necessário tomar providências para poder-se pensar no dia de amanhã.

Todas as administrações passadas, com raras exceções, foram improvisadas. E a improvisação está levando esta cidade ao desespero no que concerne ao problema do abastecimento de água. Ou medidas concretas, energéticas serão tomadas já, imediatamente, ou São Paulo mergulhará numa verdadeira calamidade pública, porquanto com uma população de quatro milhões e meio de paulistas e brasileiros, o Departamento tem apenas a possibilidade de atender a um milhão e meio, sendo que os restantes habitantes ficam relegados ao esquecimento no que se refere ao problema do abastecimento.

A Assembleia que aprove este projeto, que se encontra nas gavetas, eis que caso contrário São Paulo será jogado numa situação de verdadeira epidemia, numa situação de calamidade pública, caso não seja dada solução a este problema do abastecimento.

E quanto ao projeto do nobre deputado Ariovaldo Roscio em até afirmel, encerrando a discussão, porque terminava a sessão, que era favorável a este convênio, embora declarando que competia ao IPESP a construção de hospitais em geral, para prestigiar a iniciativa pública, e não apenas a celebração desses convênios, que não são a

solução definitiva. Esta será uma solução de caráter paliativo. Somente a construção de hospitais em todo o Estado, obedecendo a traçado condizente com a densidade demográfica, seria exatamente a medida certa para atender ao funcionalismo de todo o Estado de São Paulo.

Era, Sr. Presidente e Srs. deputados, o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

Com a palavra o nobre deputado Troncoso Perez.

O SR. TRONCOSO PEREZ (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, tem o projeto de autoria do nobre deputado Ariovaldo Roscio moldura para uma série de considerações.

Valho-me também da oportunidade de me encontrar na tribuna para tratar do assunto, que reputo da mais alta importância, de acordo com o projeto do nobre deputado Ariovaldo Roscio, porque pretende um convênio entre os hospitais do Interior e o DAMSP, Departamento dos Servidores Municipais.

Os servidores municipais dispõem de um grande hospital, enquanto que estes servidores do Interior não contam com assistência médico-hospitalar. Este convênio entre o Estado e os hospitais do Interior, vale dizer, com as Santas Casas, provoca um duplo benefício. De um lado dará aos servidores do Interior a assistência médico-hospitalar de que tanto necessitam e, de outro, esses hospitais do Interior, que na sua grande maioria são as Santas Casas, posto que os hospitais particulares, em consequência da inflação estão desaparecendo do Interior do Estado, serão beneficiados, porque as Santas Casas lutam com dificuldades e ao se celebrar este convênio terão elas uma fonte de renda. E, sem dúvida nenhuma, essa renda será aplicada em benefício daqueles que não podem pagar.

O Sr. João Batista Botelho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Quanto à questão dos leito-dias e à mesa de operação, as Santas Casas recebem, se for o caso. E os médicos, como é que fica a sua situação? Continuam atendendo gratuitamente os indigentes nas Santas Casas e clinicando particularmente?

O SR. TRONCOSO PEREZ — Nobre deputado, no caso em apreço, dos servidores públicos municipais, acho que há também convênio com os médicos, por unidade de serviço. E é o que os Srs. médicos pleiteiam, pois o servidor público pode procurar qualquer médico e depois apresentar a conta ao Estado. Naturalmente receberá menos por essa consulta ou esse tratamento do que de um doente particular, em virtude de um contrato.

O Sr. João Batista Botelho — V. Exa. dá licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Ai o que tenho medo é que não só os hospitais do Interior, as Santas Casas e os médicos tenham medo de negócio com o governo atual. Há poucos instantes recebemos a notícia de que foram suspensos todos os pagamentos de fornecedores para os hospitais. De maneira que o negócio com este governo, hoje, não é todo mundo que aceita. É preciso gente de muita coragem para aceitar negócio com este governo.

O SR. TRONCOSO PEREZ — Eu acredito que possa ocorrer um atraso de pagamento, mas não duradouramente, porque sem dúvida nenhuma isto acarretará grande prejuízo politicamente para a situação e entendo que a situação, no momento que a Nação vive, não estará disposta a perder terreno politicamente. De modo que deve atender prontamente a esses hospitais. Mas essas Santas Casas, que foram pioneiras no Interior do Estado de São Paulo, que têm arcado durante anos e anos a fio com um serviço supletivo do Estado, prestando assistência médico-hospitalar gratuita aos indigentes do Interior, vão agora ser aquinhoadas com pouca coisa e eu entendo que todo o serviço que esses hospitais têm prestado à Nação e ao Estado deva ser melhor protegido, deva ser melhor amparado, porque a verdade é que ainda ontem ou antes de ontem o ilustre deputado Cid Franco, defendendo, desta tribuna, e nesta Casa, o hospital regional, o hospital público para todos os doentes do Interior do Estado, sem dúvida nenhuma defendia o ponto de vista ideológico e o ponto de vista de um idealista.

Será o ideal, mas, a meu ver, não é real, porque infelizmente ainda somos uma Nação pobre e não estamos em condições de realizar tudo aquilo que seja ideal. De maneira que a Santa Casa que, por assim dizer, realiza, em virtude de um esforço sobre-humano, que está na dependência desse sentimento de solidariedade humana do homem do Interior, um serviço supletivo nessa função do Estado gratuitamente e não fosse a boa vontade da classe a qual tenho a honra de pertencer, que é a classe dos médicos do Interior do Estado, que trabalha gratuitamente para esses hospitais, para essas Santas Casas, evidentemente que a população paupérrima do Interior estaria desprovida de recursos médico-hospitalares. Agora eu entendo que temos a obrigação e o dever de ampararmos esses hospitais que tanto fizeram pela população rural deste Estado. Se o Estado, ao realizar este convênio, vai levar um pouco de recursos para esses hospitais, eles poderão fazer muito mais, desde que se tome na devida conta um dos fatores que estão destruindo os hospitais do Interior, impossibilitando a assistência médica no Interior.

Não há Santa Casa alguma que possa mais prestar uma assistência médica adequada aos doentes pobres, por uma razão muito simples: O preço do produto farmacêutico.

Aquelas que como eu passaram por Santas Casas do Interior sabem que nenhum médico gosta de prestar serviço na enfermaria de clínica médica. Todos eles preferem a enfermaria de cirurgia, porque,